



O DIREITO DE NÃO SER LIDO: OPACIDADE, ARQUIPÉLAGO E CRIOLIZAÇÃO NO EPISÓDIO PILOTO DE LOVECRAFT COUNTRY (2020)

CARINA DE CARVALHO GONÇALVES (UFBA)

Mestranda em Tradução Intersemiótica e Cultural pelo Programa de Pós Graduação em Literatura e Cultura (PPGLITCULT/UFBA). Orientanda da Prof^a Dr^a Feibriss A. H. M. Cassilhas. Bacharela e Licenciada em Letras/Inglês pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

FEBRIS AMETISTA HENRIQUE MENEHELLI CASSILHAS

Professora Adjunta pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora e Mestra em Estudos da Tradução pelo Programa de Pós Graduação em Estudos da Tradução (PGET) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

RESUMO

Este artigo analisa o episódio piloto de *Lovecraft Country* (HBO, 2020) a partir dos conceitos glissantianos de opacidade (Glissant, 2021), arquipélago (Glissant; Obrist, 2023) e criouliização (Glissant, 2021). O objetivo é demonstrar como a série subverte o horror lovecraftiano ao deslocar o monstro do cosmos para o racismo estrutural, reconfigurando o gênero a partir de uma perspectiva crítica e anticolonial. A metodologia consiste em uma leitura crítica do episódio “*Sundown*”, articulando cenas, personagens e elementos narrativos com os conceitos de Édouard Glissant. Argumenta-se que a resistência não está em buscar transparência, mas em recusar a leitura colonial do corpo e da história, operando segundo uma lógica de opacidade estratégica. Os resultados indicam três camadas de leitura violenta recusadas pela opacidade de Atticus, além da materialização do pensamento arquipélago no *Safe Negro Travel Guide* e da criouliização na magia imprevisível dos protagonistas. Conclui-se que *Lovecraft Country* é uma obra glissantiana em movimento, na qual o direito à opacidade configura-se como resistência epistêmica e política.

Palavras-chave: Édouard Glissant. Opacidade. *Lovecraft Country*.

ABSTRACT

This article analyzes the pilot episode of *Lovecraft Country* (HBO, 2020) through the Glissantian concepts of opacity (Glissant, 2021), archipelago (Glissant; Obrist, 2023), and creolization (Glissant, 2021). It aims to demonstrate how the series subverts Lovecraftian horror by displacing the monster from the cosmos to structural racism, reconfiguring the genre from a critical and anti-colonial perspective. The methodology consists of a critical reading of the episode “*Sundown*”, articulating scenes, characters, and narrative elements with Édouard Glissant’s concepts. It argues that resistance lies not in seeking transparency, but in refusing the colonial reading of the body and history, operating through a logic of strategic opacity. The results indicate three layers of violent reading refused by Atticus’s opacity, as well as the materialization of archipelago thinking in the *Safe Negro Travel Guide* and creolization in the protagonists’ unpredictable magic. It concludes that *Lovecraft Country* is a Glissantian work in motion, in which the right to opacity constitutes epistemic and political resistance.

Keywords: Édouard Glissant. Opacity. *Lovecraft Country*.



1 Introdução

O episódio piloto de *Lovecraft Country*, intitulado “*Sundown*”, estreou na HBO em 16 de agosto de 2020, criado por Misha Green, com direção de Yann Demange e produção executiva de Jordan Peele e J.J. Abrams. A série, baseada no romance homônimo de Matt Ruff (2016), opera em uma interseção deliberada e desconfortável entre dois universos aparentemente inconciliáveis: o horror cósmico do autor H.P. Lovecraft, notório por seu racismo explícito e militante, conforme documentado por seu biógrafo, S.T. Joshi e por críticos como N. K. Jemisin, e a realidade histórica da segregação racial nos Estados Unidos dos anos 1950. Essa justaposição não é meramente estética ou narrativa; ela constitui o núcleo político e filosófico da obra.

Este artigo propõe uma leitura aprofundada do episódio piloto a partir de dois textos fundamentais do filósofo e poeta martinicano Édouard Glissant: o ensaio “Pelo direito à opacidade” (Glissant, 2021) (originalmente publicado em *Poétique de la Relation*) e o livro de conversas *Conversas do arquipélago* (Glissant; Obrist, 2023) (diálogos com o curador Hans Ulrich Obrist). Argumenta-se que *Lovecraft Country* pode ser compreendido como uma obra profundamente glissantiana, na medida em que subverte a lógica da transparência forçada, opera segundo um pensamento arquipélago, mobiliza a criouliização como forma de resistência epistêmica e política, e reconfigura o próprio conceito de horror.

O título deste artigo, “O direito de não ser lido”, ecoa diretamente a reivindicação glissantiana da opacidade, entendida como o direito de não ser reduzido a categorias inteligíveis pelo olhar do outro, especialmente pelo olhar colonial e racista. Não se trata de uma recusa à comunicação ou ao diálogo, mas de uma recusa à redução, à transformação da densidade do outro em dados comparáveis, julgáveis, administráveis. A estrutura do artigo percorre o contexto histórico do episódio, a crítica glissantiana da transparência e suas três camadas de leitura violenta, o pensamento arquipélago materializado no *Safe Negro Travel Guide*, a criouliização como resistência, e por fim, o tremor e a utopia como ética da busca.

2 O horizonte histórico e literário do episódio

O episódio se passa em 1954-1955, período imediatamente posterior à decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos no caso *Brown v. Board of Education* (1954), que declarou inconstitucional a segregação racial nas escolas públicas. No entanto, a decisão judicial não significou o fim imediato da segregação. As leis de Jim Crow ainda vigoravam em grande parte do sul dos Estados Unidos, e o racismo estrutural, fenômeno que persiste até hoje, já se manifestava então como uma realidade cotidiana para milhões de cidadãos negros.

O título “*Sundown*” faz referência direta às “*sundown towns*”: municípios exclusivamente bran-



cos que proibiam a presença de pessoas negras após o pôr do sol. Conforme documenta o historiador James Loewen, em *Sundown Towns: A Hidden Dimension of American Racism* (2005), essas cidades, que se espalharam por todo o país e não apenas no sul, utilizavam placas, ameaças e violência para garantir que nenhuma pessoa negra permanecesse em seus limites após o anoitecer. A prática, que se estendeu até os anos 1960, é um dos exemplos mais explícitos da territorialização do racismo nos Estados Unidos.

A primeira cena do episódio já estabelece esse contexto. Atticus “Tic” Freeman (Jonathan Majors) está em um ônibus, na seção “*colored*”, a parte destinada a passageiros negros, e ao cruzar a fronteira do Kentucky, murmura: “good riddance to old Jim Crow”. A viagem que empreende com seu tio George (Courtney B. Vance) e sua amiga Leti (Jurnee Smollett) torna-se imediatamente uma jornada por um território hostil, onde o racismo estrutural se manifesta não como pano de fundo, mas como força ativa e violenta, capaz de se expressar a qualquer momento como linchamento, prisão arbitrária ou humilhação cotidiana.

A escolha do período histórico não é casual. Os anos 1950 são o momento em que o movimento pelos direitos civis começa a ganhar força, mas também o momento em que a resistência branca à integração se torna mais violenta. O episódio, ao situar seu horror sobrenatural nesse contexto, permite uma leitura na qual o horror racista e o horror lovecraftiano podem ser compreendidos como expressões de uma mesma lógica de exclusão e pureza, interpretação que encontra eco na crítica contemporânea do gênero e na recepção da série.

H.P. Lovecraft (1890-1937), o autor que dá nome à série e ao “Lovecraft Country” do título, era um racista virulento, mesmo para os padrões de sua época. Conforme documenta seu principal biógrafo, S.T. Joshi, suas cartas e ensaios estão repletos de declarações sobre a inferioridade racial de negros, asiáticos, judeus e outros grupos não anglo-saxões. Em 1912, ainda jovem, Lovecraft escreveu o poema “On the Creation of N**rs”, cujo último verso — “Filled it with vice, and called the thing a N**r” — é recitado por Atticus no episódio como parte de uma punição imposta por seu pai, que o obrigou a memorizar o poema para dissuadi-lo de ler “lixo pulp”.

A série, no entanto, não se limita a denunciar o racismo de Lovecraft. Ela opera uma inversão mais profunda: toma emprestados os tropos do horror lovecraftiano — os deuses cósmicos (Cthulhu, Yog-Sothoth), os shoggoths, os grimórios, a arquitetura gótica da Nova Inglaterra — e os coloca a serviço de uma narrativa protagonizada por pessoas que o próprio Lovecraft consideraria inferiores ou monstruosas.

Como observa o crítico literário S.T. Joshi, a ideia central do trabalho de Lovecraft é que o cosmos é vasto demais para mentes mortais compreenderem, seres humanos seriam como formigas diante de entidades como Cthulhu. A série, então, desloca a questão: e se o verdadeiro horror não estiver

nos céus, mas nas leis, nas estradas, nos olhares, nos rituais de pureza racial? Essa inversão é operada não apenas no nível temático, mas também no nível formal. A série adota a estética lovecraftiana, as sombras, os ângulos oblíquos, a sensação de que algo antigo e malevolente está prestes a emergir, mas a preenche com corpos negros, com histórias de resistência, com uma agência que Lovecraft jamais concederia a seus personagens não-brancos.

3 A Opacidade e o Direito de não ser lido

3.1 A Crítica Glissantiana da Transparência

A filosofia de Édouard Glissant é construída sobre uma crítica radical ao que ele identifica como o gesto fundamental do pensamento ocidental: a exigência de transparência. Para Glissant, o pensamento ocidental não suporta o que não pode ser medido, comparado, julgado, ou seja, não suporta a alteridade em sua densidade irreduzível. A “compreensão” do outro, nesse sistema, não é um ato de generosidade, mas de violência simbólica: compreender é reduzir, é trazer o outro para uma escala que lhe é estranha, é recriá-lo à imagem do que já se conhece. Em “Pelo direito à opacidade”, Glissant explicita essa crítica:

Se nós examinarmos o processo da ‘compreensão’ dos seres e das ideias na perspectiva do pensamento ocidental, reencontramos no seu princípio a exigência desta transparência. Para poder ‘compreender-te’ e, então, aceitar-te, preciso levar tua densidade à escala ideal que me fornece elementos para comparações e talvez para julgamentos. Eu preciso reduzir. (Glissant, 2021, p.53).

Essa passagem explicita o mecanismo pelo qual a alteridade é neutralizada: a “compreensão” não é generosidade, mas violência simbólica, o outro é “criado novamente” pelo olhar de quem o compreende, perdendo sua densidade. Glissant contrapõe a essa exigência de transparência o direito à opacidade. A opacidade não é uma recusa à comunicação, mas uma recusa à redução. Ela reconhece que o outro tem o direito de manter zonas de ininteligibilidade, de não ser completamente decifrado, de guardar sua densidade. Como ele mesmo afirma:

Aceitar as diferenças é certamente perturbar a hierarquia da escala. ‘Compreendo’ tua diferença, quer dizer, eu a coloco em relação sem hierarquizar com minha norma. Admito tua existência em meu sistema. Eu te crio novamente. – Mas talvez seja preciso que nós terminemos com a própria ideia de escala. Comutar qualquer redução. (Glissant, 2021, p. 53).



3.2 A Leitura do Sangue: Transparência Forçada em Lovecraft Country

O episódio de Lovecraft Country dramatiza essa redução de forma literal. Os Braithwhite, a família de feiticeiros brancos que habita a mansão em Ardham, Massachusetts, não querem “conhecer” Atticus, e sim, decifrá-lo. Seu interesse está no sangue de Atticus, na linhagem que ele carrega, na possibilidade de extrair de seu corpo um poder que lhes permita manter sua imortalidade e pureza racial. A cena do ritual é exemplar. A cerimônia é conduzida com precisão cirúrgica: Atticus é despido, imobilizado e submetido a uma sangria controlada, enquanto os feiticeiros brancos entoam encantamentos em latim e consultam textos ancestrais.

Cada etapa do procedimento visa extrair não apenas o sangue, mas o conhecimento contido nele, a linhagem, a história, a potencialidade mágica que Atticus carrega sem saber. O que está em jogo não é apenas a vida do protagonista, mas a própria definição de quem ele é: para os Braithwhite, Atticus é um texto a ser decifrado, não uma pessoa a ser encontrada. Essa dinâmica pode ser compreendida como uma manifestação do que Glissant chama de “barbárie” — o retorno exasperado de si, que não suporta a alteridade opaca. Como o autor define, a barbárie consiste no “retorno e exasperação de si” cujas consequências são “tão inconcebíveis quanto [sua] crueldade” (Glissant, 2021, p. 53). Os Braithwhite, em sua busca pela imortalidade, não fazem outra coisa senão exasperar a si mesmos, sua identidade, sua linhagem, sua pureza, ao ponto de transformarem o outro em mero recurso para sua própria perpetuação.

3.3 A Leitura Colonial e Resistência pela Opacidade

É possível identificar no episódio três camadas de «leitura violenta» que reproduzem a lógica colonial criticada por Glissant:

Primeira camada: a leitura do sangue. Os Braithwhite querem compreender Atticus geneticamente, biologicamente, como quem decifra um texto. Sua ancestralidade é escrutinada, seu corpo é perfurado, seu sangue é extraído. Essa é a leitura mais literal, mas também a mais simbólica: ela reduz o ser humano a sua composição química, a sua linhagem, a sua “pureza” ou “impureza”.

Segunda camada: a leitura racial. Antes mesmo do sobrenatural, Atticus é lido racialmente a cada parada da viagem. O Safe Negro Travel Guide, adaptação do histórico Negro Motorist Green Book (Green, 1936-1966), existe precisamente porque o corpo negro é constantemente lido como ameaça, como deslocado, como fora de lugar. O xerife que os persegue até a floresta não precisa de rituais mágicos para ler Atticus; sua leitura é imediata, violenta e cotidiana. Ele lê a cor da pele e imediatamente conclui: “não é daqui”, “está onde não deveria estar”, “deve ser punido”.



Essa leitura racial opera como um mecanismo de controle que antecede e fundamenta as outras formas de violência. O corpo negro, nesse sistema, é constantemente suspeito, visto como fora de lugar, uma presença que exige justificção, enquanto o corpo branco é invisível em sua normatividade. O xerife não precisa de um motivo para perseguir Atticus; o motivo é a própria cor de sua pele. Essa leitura prévia e automática pode ser compreendida como parte do que Glissant identifica como o projeto ocidental de transparência: o outro deve ser legível para ser controlado, e sua legibilidade é imposta antes mesmo que ele fale ou aja.

Terceira camada: a leitura lovecraftiana. O próprio H.P. Lovecraft, em seus escritos, leu os povos não-brancos como monstruosos. Seu poema “On the Creation” é uma tentativa de leitura teológica do negro como erro da criação. Atticus, ao recitar o poema, performa essa leitura para subvertê-la. Ele conhece o texto de seu opressor e o utiliza como ferramenta de sobrevivência. A leitura lovecraftiana é a mais abrangente: ela não vê o outro como indivíduo, mas como espécime, como amostra de uma raça que deve ser temida e exterminada.

Diante dessas três camadas de leitura violenta, biológica, racial e lovecraftiana, Atticus opõe uma forma de resistência que não passa pela busca de transparência ou pela tentativa de se fazer compreensível. Sua força não está em se tornar transparente ou em explicar-se aos Braithwhite, mas em manter uma densidade que eles não conseguem decifrar completamente. Sua vitória não é a vitória da clareza, mas da densidade.

Glissant, ao descrever o povo batouto em Sartorius, escreve que sua identidade: “não provém da genealogia, mas da constante troca com o outro.” (Glissant; Obrist, 2023, p. 38). Atticus também não deriva sua força de uma linhagem pura: ela vem do tio George, de Leti, da memória de sua mãe, da comunidade negra que o cerca, da música, da literatura e da ficção científica. Trata-se, portanto, de uma identidade relacional, não genealógica. Ele não precisa ser decifrado para ser eficaz; ao contrário, sua eficácia está em manter zonas de opacidade que os Braithwhite não conseguem penetrar.

4 O arquipélago e o Safe Negro Travel Guide

4.1 O Pensamento Arquipélago

O pensamento de Glissant, tal como desenvolvido em *Conversas do arquipélago*, é marcado por uma oposição fundamental entre duas formas de organizar o mundo. De um lado, o continente, que concentra, hierarquiza e impõe uma unidade excludente. De outro, o arquipélago, que difrata, conecta e admite a diversidade sem uniformizar. Essa distinção é apresentada por Glissant nos seguintes termos: “Os continentes nos oprimem. Eles são largos e suntuosos.” (Glissant; Obrist, 2023, p. 15)



e “Os arquipélagos possuem a propriedade de difratar, eles produzem diversidade e expansividade, são espaços de relação que admitem todas as incontáveis particularidades do real.” (Glissant; Obrist, 2023, p. 15).

A oposição entre continente e arquipélago não é meramente geográfica, mas epistemológica e política. O continente é o modelo do pensamento de sistema, aquele que busca reduzir o múltiplo ao uno, o diverso ao idêntico, o imprevisível ao controlável. O arquipélago, ao contrário, é o modelo do pensamento da relação, aquele que admite a coexistência das diferenças sem hierarquizá-las, que reconhece a interdependência sem anular a singularidade. É por isso que o pensamento arquipélago se opõe ao nacionalismo, ao racismo e a todas as formas de identidade fixa: ele recusa a ideia de que uma cultura, uma raça ou uma nação possa reivindicar o centro da história.

O pensamento continental é centralizador, hierárquico, monocultural. Ele busca uma unidade imposta pelo alto, que reduz o diverso ao mesmo. O pensamento arquipélago, ao contrário, difrata, espalha, conecta sem uniformizar. Ele admite a interdependência e a diferença simultaneamente. Os Braithwhite e seu projeto de pureza racial podem ser lidos como uma encarnação do pensamento do continente. Sua mansão em Ardham é um monumento a essa lógica: imponente, fixa, ancestral, excludente. Ela se ergue como um centro de poder que tudo atrai e tudo subjuga. O ritual que eles planejam executar é a expressão máxima desse pensamento: sugar o poder do outro (Atticus) para fortalecer a si mesmos, mantendo a pureza de sua linhagem. Em contraste, Atticus, Leti e George viajam pelo território americano como um arquipélago — ilhas de segurança em um oceano hostil. O *Safe Negro Travel Guide* que George publica pode ser interpretado como uma materialização desse pensamento arquipélago: uma cartografia de passagens, não de muros.

4.2 O Guia como Arquipélago de Papel e Tecnologia de Opacidade

O guia não é um monumento. É efêmero, atualizável, coletivo. Cada entrada é uma ilha — um hotel, uma estação de gasolina, uma cidade — que se conecta a outras ilhas por meio de rotas e códigos. Essa dinâmica de conexão entre pontos dispersos, sem a imposição de um centro fixo, evoca diretamente o pensamento arquipélago de Glissant. Em uma dedicatória a Hans Ulrich Obrist, o filósofo sintetizou essa ideia em uma frase: “o arquipélago é uma passagem, e não um muro.” (Glissant; Obrist, 2023, p. 29).

O *Safe Negro Travel Guide* da série é uma ficcionalização do *Negro Motorist Green Book* (Green, 1936-1966), guia real publicado entre 1936 e 1966 por Victor Hugo Green. O *Green Book* listava hotéis, restaurantes, postos de gasolina e outras instalações que acolhiam viajantes negros em uma América marcada pela segregação. Ao adaptar esse artefato histórico, a série não apenas homenageia

uma estratégia real de sobrevivência, mas também a eleva a símbolo do pensamento arquipélago: uma rede de ilhas de segurança em um território continental hostil.

O guia, assim, constrói passagens entre comunidades negras dispersas, permitindo que naveguem por um território que sistematicamente tenta excluí-las. O guia é também uma ferramenta opaca: seus códigos, suas entrelinhas, seu conhecimento tácito não são completamente legíveis pelo olhar branco. É uma forma de conhecimento que resiste à transparência forçada. Assim como o arquipélago de Glissant, o guia conecta sem centralizar, difrata em vez de concentrar, produz diferença em vez de uniformidade.

Essa forma de organização comunitária é, em si mesma, uma resistência. Ela não espera que o estado ou a sociedade majoritária conceda segurança — ela a cria, a mapeia, a compartilha. É um conhecimento prático, relacional, que se constrói na troca entre viajantes, motoristas, cozinheiros e pastores. Essa resistência, no entanto, não se limita à criação de rotas e passagens. Ela se estende à própria linguagem do guia, cuja opacidade é também uma questão de sobrevivência.

O guia não é explícito sobre seus perigos; ele não diz “não vá a esta cidade”, mas indica, por meio de códigos, quais lugares são seguros e quais não são. Essa linguagem cifrada funciona como uma barreira contra o olhar branco, que não pode decifrá-la e, portanto, não pode usá-la para localizar e perseguir viajantes negros. Em um sentido profundo, o guia pode ser compreendido como uma tecnologia de opacidade. Ele permite que as comunidades negras se comuniquem entre si sem se tornarem transparentes para o opressor. Trata-se de uma forma de resistência que não busca visibilidade, mas segregação temporária e estratégica — não a segregação imposta pelo racismo, mas a segregação escolhida como tática de sobrevivência.

5 Crioulização e Imprevisibilidade

5.1 A Magia como Encontro Inesperado

O conceito de crioulização ocupa um lugar central no pensamento de Glissant, especialmente em sua reflexão sobre o contato entre culturas. Diferentemente de noções como mestiçagem e sincretismo, que sugerem fusão ou harmonização, a crioulização designa um processo aberto, turbulento e imprevisível — um encontro entre elementos heterogêneos que produz algo radicalmente novo, sem apagar as diferenças que o constituem. Em *Conversas do arquipélago*, Glissant define a crioulização nos seguintes termos:

A crioulização é o meio pelo qual várias culturas distintas, ou seus elementos, entram



em contato umas com as outras em determinado lugar do mundo. O resultado é algo inesperado, completamente imprevisível, que emerge do encontro desses elementos heterogêneos. (Glissant; Obrist, 2023, p. 18)

A criouliização, para Glissant, não é mestiçagem pacífica, mas processo turbulento e imprevisível, que produz o novo sem apagar diferenças, opondo-se ao multiculturalismo estático e à assimilação. Os Braithwhite, ao contrário, repetem um ritual previsível que busca manter uma ordem racial fixa. Sua magia pode ser compreendida como uma manifestação do pensamento de sistema — excludente, repetitivo, normativo. Eles não querem o novo; querem a perpetuação do mesmo. Seu ritual é uma tentativa de imortalidade, mas uma imortalidade que mantém intacta a hierarquia racial.

Atticus e Leti mobilizam uma magia imprevisível, criouliizada. Ela mistura elementos díspares: tradições ancestrais africanas (a ancestralidade materna de Atticus), conhecimento de ficção científica (Atticus é fã de Edgar Rice Burroughs e Lovecraft), poções caseiras, um revólver e, acima de tudo, uma relação de confiança mútua. O que distingue essa magia da dos Braithwhite é precisamente sua recusa em se submeter a uma lógica única.

Enquanto os feiticeiros brancos buscam a repetição exata de um ritual consagrado pela tradição, uma tentativa de imobilizar o tempo e a história, Atticus e Leti operam na improvisação, na combinação imprevisível de saberes e práticas que, em princípio, não deveriam coexistir: a ciência dos livros de ficção científica e a sabedoria das poções caseiras, a violência do revólver e a delicadeza da confiança mútua. Essa mistura, aos olhos do pensamento de sistema, é caótica, desordenada, incontável. É exatamente por isso que ela funciona: a criouliização tende a buscar a eficácia não pela repetição, mas pela reinvenção. O resultado dessa recusa à lógica única é a explosão que interrompe, ainda que temporariamente, o ritual dos Braithwhite e lhe inflige uma derrota significativa.

5.2 A Criouliização em Ação: Subversão do Shoggoth e Oposição à Pureza

O shoggoth, criatura lovecraftiana que aparece no episódio, pode ser lido como um exemplo dessa criouliização. Na obra de Lovecraft, os shoggoths são monstros disformes, amebóides, cobertos de olhos, criaturas do caos e do horror cósmico. Foram criados pelos “Antigos” como escravos biológicos, mas se rebelaram e se tornaram uma ameaça. Em Lovecraft Country, o shoggoth se torna um guardião, um protetor. No episódio, ele ataca tanto os policiais racistas quanto os protagonistas. Ao longo da série, no entanto, a criatura se revela potencialmente vinculada à linhagem de Atticus, talvez como um ancestral transformado em protetor. Essa resignificação pode ser entendida como criouliização: toma-se um elemento da cultura lovecraftiana (o shoggoth), mistura-se com mitologias africanas e experiências afro-americanas, e produz-se algo inteiramente novo, imprevisível, que subverte a fun-

ção original da criatura.

A transformação do shoggoth, de monstro lovecraftiano a guardião ancestral, é particularmente significativa porque subverte a própria lógica do horror cósmico. Em Lovecraft, o shoggoth é uma ameaça informe, uma massa de olhos e membros que representa o caos primordial, a impossibilidade de ordem. Ao transformá-lo em protetor, a série não apenas humaniza a criatura, mas a inscreve em uma genealogia africana de espíritos guardiões e ancestrais protetores. O shoggoth, enfim, deixa de ser o terror do desconhecido para tornar-se a potência do conhecido, a força ancestral que, uma vez reivindicada, combate o opressor.

O shoggoth, na série, não é mais o horror cósmico indiferente que Lovecraft concebeu. É uma criatura ambivalente, que pode ser uma ameaça ou um protetor dependendo do contexto. Essa ambiguidade é tipicamente glissantiana: ela recusa a fixação de um sentido, a leitura única, e abre espaço para a imprevisibilidade.

Essa mesma lógica de imprevisibilidade e recusa de um sentido fixo se estende para além do shoggoth, constituindo uma oposição mais ampla à pureza. A criouliização da magia e do shoggoth é, em última análise, uma oposição à pureza. Os Braithwhite buscam pureza racial, pureza de linhagem, pureza de ritual. Atticus e Leti operam na mistura, na improvisação. Não é por acaso que o episódio mostra Atticus e Leti lutando juntos — a relação entre eles é, ela mesma, um exemplo de criouliização: mistura amizade infantil, atração romântica, parceria em combate e confiança mútua.

Para Glissant, a criouliização é uma necessidade do mundo contemporâneo, que ele chama de *Tout-Monde* ou Todo-o-Mundo. Como afirma no diálogo com Obrist, “a criouliização é necessária [...] porque nosso mundo é um mundo misturado — é um emaranhado. O mundo é inextricável” (Glissant; Obrist, 2023, p. 18). Lovecraft Country mostra essa inextricabilidade em ação. Não há pureza possível em um mundo onde culturas, histórias e identidades estão permanentemente em contato. A tentativa de manter a pureza (como fazem os Braithwhite) pode ser interpretada como não apenas racista, mas também ineficaz, pois ela não consegue conter o imprevisível, o novo, o criouliizado.

6 Pensamento do Tremor e Utopia

6.1 O Tremor como Recusa

O pensamento do tremor é um dos conceitos centrais da filosofia glissantiana, pois nomeia uma postura intelectual e existencial diante de um mundo que não se deixa aprisionar por sistemas fixos. Diferentemente de noções que sugerem rigidez ou certeza, o tremor designa uma sensibilidade ao movimento do mundo, uma abertura à imprevisibilidade e uma recusa à rigidez dos sistemas. Em Con-



versas do arquipélago, Glissant define esse conceito nos seguintes termos:

“O pensamento do tremor é o sentimento instintivo que nos leva a recusar quaisquer categorias de pensamento fixo ou imperativo.” (Glissant; Obrist, 2023, p. 73). O tremor não é incerteza ou medo paralisante. É, ao contrário, uma sensibilidade ao movimento do mundo, uma abertura à imprevisibilidade, uma recusa à rigidez dos sistemas. O pensamento do tremor não busca respostas definitivas, mas se mantém em estado de busca, de vibração. Atticus treme. Medo, raiva, poder despertado, o tremor percorre todo o episódio. Mas esse tremor não o paralisa; ao contrário, o mobiliza. Ele recusa a arquitetura do terror da mansão Braithwhite, recusa ser reduzido a instrumento, recusa a leitura colonial de seu corpo e de sua história. O tremor pode ser compreendido como a manifestação física de sua recusa a se submeter ao sistema, não é fraqueza e sim, potência.

Glissant ressalta que o pensamento do tremor não é uma recusa da identidade. “O pensamento do tremor não é uma forma de esquecer ou de rejeitar nossa identidade. [...] É possível transformar-se, sem se diluir.” (Glissant; Obrist, 2023, p.76). Atticus se transforma ao longo do episódio: descobre seu poder, reconcilia-se (parcialmente) com seu pai, assume a responsabilidade de continuar a jornada. Mas ele não se dilui. Sua identidade se mantém, se expande, se fortalece. O tremor não o desintegra; o integra de novas maneiras.

6.2 Tremor e Utopia: A Busca como Horizonte

O conceito de utopia, em sua formulação clássica, costuma ser associado a um modelo ideal de sociedade — um fim a ser alcançado, uma meta a ser realizada. Glissant, no entanto, recusa essa concepção, propondo uma compreensão radicalmente diferente. Para ele, a utopia não é um destino, mas uma força que nos move, é aquilo que falta no mundo e que, por faltar, nos mantém em movimento. Em *Conversas do arquipélago*, Glissant reformula a utopia nos seguintes termos:

“A utopia não é um objetivo nem uma meta. Tampouco é um sonho. A utopia é o que nos falta no mundo.” (Glissant; Obrist, 2023, p. 33). Essa definição é crucial. A utopia, na tradição ocidental, é geralmente entendida como um modelo de sociedade perfeita, um objetivo a ser alcançado, uma meta a ser realizada. Glissant recusa essa concepção. Ao recusar a utopia como modelo, ele recusa também a lógica da promessa, a ideia de que o futuro deve ser uma dívida a ser paga pelo presente. A utopia, para ele, não é um horizonte de realização, mas um motor de insatisfação produtiva. É porque falta algo que nos movemos; é porque o mundo não está completo que podemos transformá-lo. Essa inversão é radical: não se trata de construir um mundo melhor, mas de reconhecer que a própria ideia de “melhor” é sempre uma construção provisória, sujeita a revisão, aberta à imprevisibilidade. O que falta não pode ser plenamente realizado, porque a realização significaria o fim do movimento, o fim da

busca, o fim da relação.

O episódio termina com Atticus e Leti na estrada, ao amanhecer. Não é um final feliz no sentido convencional, o racismo sistêmico persiste, os Braithwhite não foram definitivamente derrotados, a jornada continua. Mas o amanhecer pode ser lido como a imagem do que falta: um mundo onde Atticus e Leti possam viajar sem guias de segurança, sem medo de sundown towns, sem rituais de pureza racial. É essa ausência que os move. A utopia não é um modelo de sociedade perfeita, mas a força que impulsiona a busca por um mundo onde todos os arquipélagos possam se encontrar sem serem reduzidos. O amanhecer final não promete a chegada, promete a possibilidade da viagem.

Essa busca que a utopia impulsiona encontra no pensamento do tremor seu correlato existencial. O tremor é o estado de quem busca; a utopia é o que impulsiona a busca. Ambos recusam a fixidez, a certeza, o sistema completo. Ambos se mantêm abertos ao imprevisível, ao novo, ao que ainda não foi nomeado. Essa dupla articulação, do tremor como método, utopia como horizonte, é o que distingue a filosofia glissantiana de outras propostas utópicas. Não se trata de um projeto a ser realizado, mas de uma disposição a ser cultivada: a capacidade de permanecer em movimento sem a ilusão de um ponto de chegada definitivo. O tremor é o reconhecimento de que o mundo é instável, que as certezas são frágeis e que a única resposta adequada à instabilidade é a disponibilidade para a transformação contínua.

Lovecraft Country encena essa dupla recusa. Atticus e Leti não sabem exatamente o que encontrarão no fim da estrada, e o fato de não saberem é o que os mantém em movimento. A série, como a filosofia de Glissant, não oferece respostas definitivas, mas mantém aberta a pergunta: como viver em um mundo que é ao mesmo tempo inextricável e opressor?

7 Considerações Finais

Lovecraft Country e o pensamento de Édouard Glissant convergem em uma mesma intuição: o horror não está no além, mas na exigência de que o outro seja legível, transparente, redutível. Os verdadeiros monstros do episódio piloto, argumenta-se aqui, não são os shoggoths ou os deuses cósmicos, são os sistemas que insistem em ler o corpo negro como texto aberto, como recurso disponível, como ameaça a ser contida. O “direito de não ser lido” que o episódio dramatiza pode ser compreendido como uma manifestação do direito glissantiano à opacidade: o direito de manter sua densidade, sua complexidade, sua história não totalmente decifrável pelo olhar do colonizador. Atticus vence não porque se explica, mas porque resiste à explicação. Sua vitória pode ser lida como a vitória da opacidade sobre a transparência forçada.



A série, como a filosofia de Glissant, convida a pensar o mundo não como continente, unificado, hierárquico, excludente e sim como arquipélago: conjunto de ilhas que se conectam sem se fundir, que difratam em vez de concentrar, que produzem diferença em vez de uniformidade. O Safe Negro Travel Guide é a materialização desse pensamento: uma cartografia de passagens que conecta comunidades dispersas sem centralizar poder. A criouliização, na série, é a força que subverte a pureza. A magia de Atticus e Leti é imprevisível, mestiça, improvisada — e é exatamente essa imprevisibilidade que a torna eficaz. O shoggoth, ressignificado, torna-se símbolo dessa criouliização: o monstro lovecraftiano, transformado em guardião ambivalente, recusa a leitura unívoca e abre espaço para o novo.

O pensamento do tremor, enfim, é a ética que move a jornada. Atticus treme — e é nesse tremor que ele encontra força, não paralisa. A utopia, para ele, não é um destino, mas o que falta: um mundo sem medo, sem guias, sem rituais de pureza. O amanhecer final não promete a chegada, mas a possibilidade da viagem. Essa aposta na viagem como valor em si mesmo, e não como meio para um fim, é o que confere à série sua dimensão propriamente política. Lovecraft Country não oferece respostas fáceis nem finais redentores; oferece, em vez disso, um modo de estar no mundo, um modo que recusa a fixidez, a pureza e a transparência como ideais a serem perseguidos, e que eleva a relação, a mistura e a opacidade a princípios éticos e estéticos. É nesse sentido que a série se torna não apenas uma obra sobre o racismo, mas uma obra que pensa com e contra o racismo, mobilizando as ferramentas da ficção especulativa para reconfigurar as próprias bases do horror.

Ao fazê-lo, a série se alinha com o que Glissant identifica como a tarefa do pensamento contemporâneo: não a de oferecer certezas ou respostas definitivas, mas a de cultivar uma sensibilidade ao que escapa ao controle, ao que não se deixa capturar por sistemas fechados. Lovecraft Country não resolve o racismo nem exorciza o horror lovecraftiano; em vez disso, os desloca, os reinscreve em uma perspectiva que recusa a pureza e a transparência como valores últimos. A série, como a filosofia de Glissant, não encerra a questão, ela a mantém aberta, como o amanhecer que não promete a chegada, mas a possibilidade da viagem.

Lovecraft Country pode ser lido como uma obra glissantiana em movimento: o direito à opacidade não é privilégio, mas necessidade, e a resistência não está em ser lido, mas em recusar a leitura.

REFERÊNCIAS

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação: pelo direito à opacidade**. Tradução de Henrique de Toledo Groke e Keila Prado Costa, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

GLISSANT, Édouard. **Sartorius**. Le roman des Batoutos. Paris: Gallimard, 1999.

GLISSANT, Édouard; OBRIST, Hans Ulrich. **Conversas do arquipélago**. Tradução de Feiga Fizon.



Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.

GREEN, Victor Hugo. *The Negro Motorist Green Book*. New York: V.H.Green, 1936-1966. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2016298176/>. Acesso em: 10 jun. 2026

JOSHI, S.T. *I Am Providence: The Life and Times of H.P. Lovecraft*. New York: Hippocampus Press, 2010.

LOEWEN, James. *Sundown Towns: A Hidden Dimension of American Racism*. New York: Simon & Schuster, 2005.

LOVECRAFT COUNTRY. Direção de Yann Demange. Criação de Misha Green. Episódio 1: Sundown. [S. l.]: HBO, 2020. 1 episódio (aprox. 60 min).

LOVECRAFT, H.P. “On the Creation of N****rs”. 1912.

RUFF, Matt. *Lovecraft Country*. New York: HarperCollins, 2016.